

**Expresso**

/ Economia

11-06-2021

Periodicidade: **Semanal**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,16**

## GRUPO ESPÍRITO SANTO SÓ TEM VERBAS PARA PAGAR 2,6% DAS DÍVIDAS

Massas falidas de três sociedades do GES, que era liderado por Ricardo Salgado, só contam com €300 milhões para saldar créditos reclamados de mais de €11 mil milhões €16



FOTO: NUNO FOX

# Império Espírito Santo só paga 2,6% das dívidas

DIOGO CAVALIEIRO

**A**quilo que resta do universo Espírito Santo e que se encontra atualmente em liquidação no Luxemburgo para poder vir

a ser distribuído pelos credores vale cerca de €200 milhões. São perto de 2,6% do valor dos créditos que estão a ser reclamados junto daquelas que foram as empresas que, um dia, permitiram a Ricardo Salgado mandar num império familiar que acabou destruído em 2014. As perspectivas são baixas, já que eventuais vendas de ativos estão dificultadas pelos arrestos judiciais.

Para se ter uma noção, o montante dos bens agora depositados nas contas das antigas três empresas de topo do Grupo Espírito Santo (GES) equivale aproximadamente ao valor de um único dos ativos que o GES detinha antes da derrocada: a Saúde, o Espírito Santo Saúde (hoje Luz Saúde), quando no início de 2014 foi para a bolsa, tinha uma avaliação em torno dos €300 milhões.

A perda de valor daquele que foi um império com ramificações em áreas tão distintas como banca, agricultura e turismo, com presença em países como Suíça, Brasil e Paraguai, faz agora com que os credores pouco possam vir a recuperar dos investimentos ali feitos, pelo menos à luz das contas que, de tempos a tempos, são reveladas pelos responsáveis por gerir a insolvência da Espírito Santo Control (ESC), da Espírito Santo International (ESI) e da Rioforte.

O último relatório é referente ao final de abril de 2021 e os €200 milhões resultam da soma dos bens depositados por cada uma destas três *holding*s que estão em insolvência. Ou melhor, de apenas duas — ESI e Rioforte —, pois a ESC Control, de que eram acionistas os membros da família Espírito Santo e os seus mais próximos aliados, não dispõe de qualquer verba. Já as reclamações de crédito às três sociedades que foram já entregues ascendem a €11,5 mil milhões. É daí que resulta a percentagem global de recuperação em torno de 2,6%.

Esta é uma soma, mas as insolvências das sociedades são distintas, pelo que o eventual ressarcimento a credores, como detentores de papel comercial, será diferenciado. Mas igualmente diminuto. Em abril, a ESI, com cerca de €150 milhões em caixa, recebeu 542 requerimentos em busca de €7,4 mil milhões — ou seja, aqui 2,1% das responsabilidades podem ser salda-

Na Rioforte há pouco mais de 6153 milhões depositados, que podem vir a ser usados para reembolsar as 358 reclamações, que totalizam €37 mil milhões, ou seja, 4% do total. Já a ESC “não dispõe de fundos líquidos” para fazer face às 11 declarações que reclamam €267 milhões.

## Falta confirmação dos créditos

Os números dão uma ideia da dimensão do universo de perdas impostas pela queda de um dos principais grupos económicos portugueses, ainda que sejam incertos. Pode haver reclamações não justificadas, e não é possível somar estes requerimentos aos créditos reclamados junto do BES (atingiram mais de €5 mil milhões os créditos reconhecidos), já que pode haver credores a procurar o ressarcimento em várias insolvências de empresas do grupo. Mas há ainda a somar os lesados de outras entidades, como o suíço Banque Privée Espírito Santo ou o Espírito Santo Financial Group, por exemplo.

A Pharol, empresa que ficou com os €267 milhões investidos pela antiga Portugal Telecom na Rioforte, tem vindo sistematicamente a baixar as perspectivas de recuperação no Luxemburgo. No final de 2020, apontava já para uma estimativa inferior a 0%, indicando para €22 milhões de todo o montante aplicado.

De qualquer forma, os créditos reclamados às sociedades do

grupo-ducado ainda têm de ser confirmados pelos responsáveis da insolvência. Para já, o que está previsto é apenas a contestação em tribunal sobre declarações que consideram ter sido duplicadas, a 13 de outubro, tanto para a ESI como para a Rioforte.

## Comporta ajuda, mas arrestos complicam

Estes fundos que estão depositados pelas antigas *holding*s do GES são os que resultam das recuperações e vendas de ativos, e ainda poderão aumentar caso haja ativos por liquidar ou vender. Mas há um problema: nem todo este dinheiro estaria disponível para servir como reembolso aos credores neste momento, tendo em conta os arrestos judiciais decretados.

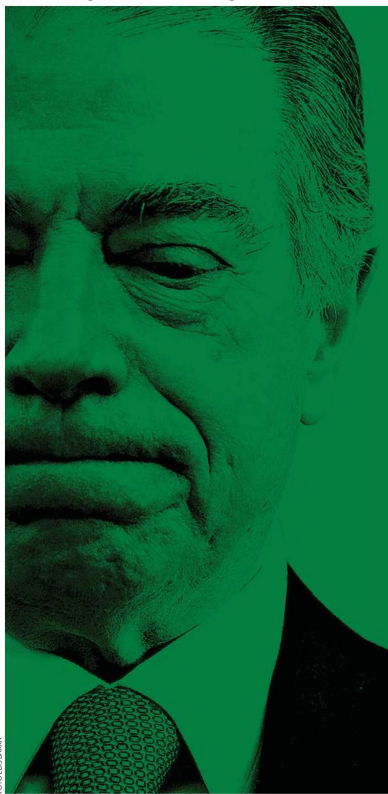
Um dos exemplos é a Herdade da Comporta. “Em março de 2021, a empresa falida recuperou um crédito sobre a Herdade da Comporta — Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado em torno de €16,2 milhões”, indica o relatório mais recente. O montante serviu para engrassar os ativos da Rioforte, mas há um senão. “Estes fundos foram arrestados pelo procurador em Portugal”.

Os arrestos judiciais em torno do GES têm como objetivo da Procuradoria-Geral da República o eventual ressarcimento de eventuais lesados após a conclusão das investigações em curso, onde já há uma acusação contra Ricardo Salgado, entre outros, mas nenhuma decisão do tribunal. Por isso quaisquer vendas de operações sob a cadeia de empresas do grupo precisam de ser negociadas com a justiça.

Na Rioforte, com os fundos recebidos do fundo da Comporta, devido à venda finalizada em 2020, há um arresto judicial global de €19 milhões em Portugal, a que acrescem quase €29 milhões bloqueados no Luxemburgo. Na ESI são €2,8 milhões congelados em Portugal. Assim, dos bens depositados por estas empresas 10,7% estão em risco.

“As informações atualmente disponíveis não permitem aos curadores fazer uma estimativa de recuperação em favor da massa”, aponta o mesmo documento. “Até porque, com a demora nestes processos — as liquidações iniciaram-se no final de 2014 —, há despesas que continuam a cair sobre as sociedades, como os honorários dos próprios responsáveis por liderar a insolvência e de advogados, seguros, custos e até juros negativos (há bancos europeus que cobram para que o dinheiro lá esteja congelado, o que não é permitido em Portugal).”

diocaval@expressoimpressa.pt



## Herança do BES Tavares “confortável” com autoavaliação

**Ex-presidente da CMVM defende que transmitiu tudo o que envolvia a ligação ao BES à comissão de inquérito há seis anos**

A existência de um relatório de autoavaliação da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) sobre o acompanhamento feito nos últimos meses de vida do Banco Espírito Santo (BES) levou ao adiamento da audição desta semana de Carlos Tavares, então presidente do regulador, na comissão de inquérito ao Novo Banco. Mas a verdade é que o documento não impediu a realização das duas sessões que protagonizou, em 2014 e em 2015, no inquérito parlamentar ao BES.

“Temos, neste momento, um relatório bastante detalhado

sobre aquilo que fizemos e devo dizer que o resultado me deixou confortável”, declarou Tavares na primeira audição, em novembro de 2014. Foi até mais longe, acrescentando que tal documento dava garantias: “Olho para trás e não vejo o que é que a CMVM poderia ter feito que não tenha feito”.

O documento foi depositado aprovado pela administração de Tavares em janeiro de 2015, que foi novamente ouvido em março, sem que o documento tivesse sido impeditivo da sessão parlamentar.

Mais de seis anos depois, o agora presidente do Banco Montepio considerou que o “relatório de autoavaliação da atuação da CMVM” devia ser lido pelos deputados antes de ser questionado e o presidente da comissão, Fernando Ne-

gra, decidiu adiar a audição. “O motivo que levou o Dr. Carlos Tavares a fazer esta sugestão foi o facto de se tratar de um documento sistemático e factual, que relata com detalhe a atuação da CMVM relativamente ao BES no período em questão, o que, a esta distância temporal, constitui um auxiliar precioso, resolvendo simultaneamente a questão do sigilo profissional”, responde a assessoria de imprensa do banco ao Expresso.

“Não há nada da atividade da CMVM sobre o BES/NE relativo ao período em que foi presidente que não tenha sido transmitido de forma completa e verdadeira à anterior CPI sobre o BES”, é o que diz, lembrando que tal comissão é que entendeu não solicitar o envio do documento.

Há exatamente sete anos, a 11 de junho de 2014, o BES captou €1000 milhões junto de acionistas e investidores, que, menos de dois meses depois, sofreram perdas totais na resolução do banco. A CMVM sempre defendeu que não podia impedir esse aumento de capital e que os riscos estavam publicados no prospecto. D.C.